

SÍNTESE DO PROJETO DE PESQUISA

Rosane Segantin Keppke, IEA-USP, Centro de Síntese Cidades Globais

rosanekeppke@gmail.com

Título do projeto:

Modelagem de Políticas Públicas para redução de passivos e riscos urbano-ambientais em São Paulo

Supervisor e contato:

Profa. Dra. Amarilis Lucia Casteli Figueiredo Gallardo

amarilisgallardo@usp.br

Período:

2021-22

1. Apresentação da Problemática/Justificativa

Os passivos urbano-ambientais correlacionados aos riscos e às desigualdades socioambientais expõem as vulnerabilidades de São Paulo enquanto cidade global. Embora reconhecidas nas macroáreas do Plano Diretor, pouco são contemplados pelos irrisórios 6% do orçamento municipal anual que sobram para as despesas com investimentos e programas (TCMSP, 2020). Os instrumentos urbanísticos da lei federal 10.257/01 - Estatuto da Cidade (SAULE JR., ROLNIK, 2001), e os recursos extraorçamentários por eles gerados são vinculados a determinados perímetros ou fundos setoriais que pouco agregam para amortizar esta dívida socioambiental (FIX, 2000). Pensando nisso, o objeto de pesquisa aplicada é modelar políticas públicas a fim de aprofundar a avaliação e aperfeiçoar as ações de enfrentamento a este grave e preterido problema.

Para efeito desta proposta delimitam-se como passivos urbano-ambientais os déficits de medidas estruturais e não estruturais competentes ao poder público que impliquem em riscos de ocorrência de defesa civil, notadamente deslizamentos de terra, solapamento, inundações, incêndios em favelas, comprometimento do saneamento, de áreas de

mananciais, cursos e corpos d'água em geral, pressão sobre as áreas verdes e outras vulnerabilidades que se somam à precariedade dos assentamentos habitacionais e das redes de infraestrutura urbana nas Zonas Especiais de Interesse Social do município.

2. Objetivos do Projeto

- **Objetivo Geral**

O objetivo central da investigação é contribuir para a modelagem de políticas públicas (CAPELLA, 2018), que não apenas chame atenção para o problema dos riscos envolvidos nos passivos urbano-ambientais, mas também aponte para alternativas que potencializem os recursos para este enfrentamento, aproveitando o poder de influência da academia (KINGDON, 1994).

- **Objetivos Específicos**

A meta é ensaiar uma proposta de regionalização orçamentária das despesas de investimentos orientada para abreviar a redução dos riscos embutidos nestes passivos (FTS, 2020), com vistas a tornar a cidade de São Paulo mais sustentável, inteligente e resiliente, em conformidade aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (PNUD, 2015) e às normas internacionais para os indicadores sobre o tema (SENA, NEGREIROS e ABIKO, 2017).

3. Metodologia

As noções teórico-metodológicas afetas às áreas do conhecimento elencadas na pesquisa serão revisadas ou obtidas de forma colaborativa e interdisciplinar considerando o capital intelectual disponível no IEA e no Observatório de Políticas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, conforme Acordo de Cooperação entre ambos.

A geolocalização e a tipificação dos riscos urbano-ambientais estão disponíveis nos dados abertos do Município de São Paulo, em especial as plataformas ObservaSampa, GeoSampa e Gestão Urbana. A estes será aplicada a metodologia de avaliação ambiental estratégica (GALLARDO et al. 2017).

Informações cadastrais, projetos e estimativa orçamentária de obras em favelas em áreas de risco serão obtidos junto às secretarias municipais. As técnicas de orçamentação da infraestrutura e a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CFC, 2016) orientarão a estimativa de valoração patrimonial dos passivos urbano-ambientais no que tange às medidas estruturais.

Os sistemas de dados orçamentários da Prefeitura e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo permitirão as análises dos instrumentos de planejamento – Plano Plurianual, Programa de Metas, Leis de Diretrizes Orçamentárias, Leis Orçamentárias Anuais e fundos especiais.

Todo este conjunto subsidiará a pretendida modelagem mediada por tecnologia para fins de avaliação *ex-post*, *ex-ante* e propositiva de políticas públicas (CAPELLA, 2018).

4. Resultados Esperados

Para alcançar o objetivo de “ensaiar uma proposta de regionalização orçamentária das despesas de investimento orientada para abreviar a mitigação dos riscos sistêmicos embutidos nos passivos urbano-ambientais” espera-se formular parâmetros de avaliação do grau de atenção ou omissão dos próximos gestores públicos quanto às vulnerabilidades urbano-ambientais.

Em termos de impactos científicos, será uma oportunidade interdisciplinar de modelagem *ex-ante* de avaliação de políticas públicas mediada por tecnologia, a exemplo do *MIT Senseable City Lab*.

A presente proposta se insere no escopo do Observatório de Políticas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo o qual celebrou Acordo de Cooperação com o IEA em busca de interdisciplinaridade, interinstitucionalidade, cientificidade, referencial teórico, metodológico e tecnológico para desenvolver indicadores de políticas públicas com enfoque nas desigualdades sociais. O Observatório do TCMSP é um programa que no momento está dividido em quatro grupos de trabalho – Regionalização do Orçamento, Educação, Saúde e Urbanismo. No caso eu coordeno este último, onde cabe discutir as desigualdades territoriais urbanas, socioambientais e orçamentárias enfrentadas no planejamento da cidade de São Paulo.

A proposta interessou ao Programa Cidades Globais do IEA, pois se alinha ao tema “Planejamento ambiental com interface ao planejamento urbano”, acrescentando também o planejamento orçamentário, com potencial efetivo de influenciar as políticas públicas e gerar impactos sociais. O principal produto a ser desdobrado desta pesquisa é um manual de monitoramento da política de enfrentamento aos riscos urbano-ambientais para o TCMSP.

5. Indicações de bibliografia

O referencial bibliográfico da pesquisa fundamenta-se na Avaliação Ambiental Estratégica (GALLARDO *et al*, 2017) associada às pesquisas aplicadas em Políticas Públicas (CAPELLA, 2018). A análise passa pela apreciação de iniciativas análogas, tais como a proposta de redistribuição orçamentária formulada pela Fundação Tide Setúbal (2020). A questão da contabilização dos passivos é particularmente recomendada pela Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CFC, 2016). O enfrentamento à esta problemática encontra diretrizes nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e nas normas internacionais e brasileiras sobre cidades sustentáveis, inteligentes e resilientes, em especial estas últimas (ISO 37123:2019). A base de dados está disponível nos dados abertos do município de São Paulo, a maioria deles já georreferenciada na plataforma GeoSampa (SÃO PAULO CIDADE 1).

6. Parcerias Institucionais

Conforme exposto, esta pesquisa está na intersecção do Acordo de Cooperação entre o Observatório de Políticas Públicas do TCMSP e o Instituto de Estudos Avançados, e demandará a expertise de laboratórios e grupos de pesquisa da USP e suas instituições parceiras em nível nacional e internacional.

7. Referências bibliográficas:

CAPELLA, A. C. *Formulação de Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2018. Disponível em <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3332/1/Livro_Formula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf> Acesso em 22.nov.2020

CFC Conselho Federal de Contabilidade. Resolução 2016/NBCTSPEC: Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Disponível em <https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTSPEC&arquivo=NBCTSPEC.doc> Acesso em 22.nov.2020

FIX, M. *Parceiros da exclusão. Duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo*, São Paulo: Boitempo, 2001.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL (Re)distribuição Territorial do Orçamento Público: Uma Proposta para Virar o Jogo das Desigualdades. São Paulo, 2020. Disponível em < <https://fundacaotidesetubal.org.br/downloads/publicacoes>> Acesso em 22.nov.2020

GALLARDO, A. L. C. F.; SIQUEIRA-GAY, J.; ROLLO D. A. M. O.; RAMOS, H. R. Contribuições da Avaliação Ambiental Estratégica à gestão urbana. XVII Encontro Nacional dos Pesquisadores em Urbanismo, v. 17 n. 1 (2017): Anais do XVII ENANPUR. São Paulo, Disponível em < <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2114/2093>> Acesso em 22.nov.2020

INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION. ISO 37123:2019 Sustainable cities and communities - Indicators for resilient cities. Disponível em < <https://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:37123:ed-1:v1:en>> Acesso em 22.nov.2020

KINGDON, J. Agendas, alternatives, and public policies. 3ª. ed. New York: Harper Collins, [1984], 2003.

SÃO PAULO1 (CIDADE) GEOSAMPA – Sistema de Consulta ao Mapa Digital da Cidade. Disponível em < http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx> Acesso em 22.nov.2020

SAULE JR., N.; ROLNIK, R. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. São Paulo, Instituto Pólis, 2001. Disponível em < <https://polis.org.br/publicacoes/estatuto-da-cidade-guia-para-implementacao-pelos-municipios-e-cidadaos/>> Acesso em 22.nov.2020

SENA, F.; NEGREIROS, I.; ABIKO, A. Análise da implementação de indicadores de sustentabilidade urbana estabelecidos em Normas internacionais e sua adequação à realidade brasileira. I SINGEURB - Simpósio Nacional de Gestão e Engenharia Urbana, Brasil, abr. 2017. Disponível em: <<http://www.singeurb.ufscar.br/index.php/SINGEURB2017/SINGEURB2017/paper/view/325>> Acesso em 22.nov.2020

TCMSP - TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. IRIS Informações e Relatórios de Interesse Social. Disponível em < <https://iris.tcm.sp.gov.br/> > Acesso em 22.nov.2020